

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.297 - SP (2018/0250424-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
ADVOGADOS : CACILDO PINTO FILHO - SP030624
RODRIGO OTÁVIO BARIONI - SP163666
FABIANO CARVALHO - SP168878
ADVOGADOS : PATRÍCIA MAÍRA DE FARIA LOPES E OUTRO(S) - SP286698
GABRIELLA MAGALHÃES TAVARES - SP406346
AGRAVADO : EVERALDO ALVES MARTINS
AGRAVADO : DIRCEU DO PRADO LINIEVICZ
AGRAVADO : DELOIR RIBEIRO
REPR. POR : LUAN RIBEIRO LINIEVICZ
ADVOGADO : ALESSANDRA CECOTI PALOMARES E OUTRO(S) - SP229339
INTERES. : JAIRO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO : ANTÔNIO PAULO NOGUEIRA DE OLIVEIRA - SP052435
INTERES. : LUCIANO GERALDO GRECHI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de erro médico julgada procedente em primeiro grau.

Agravo retido da ré. Recurso interposto contra decisão que indeferiu pedido de prestação de esclarecimentos pelo perito em Juízo. Perito que, anteriormente, respondeu a todos os quesitos apresentados pela ré, inclusive complementares por mais de uma vez. Decisão que deve ser mantida: Recurso desprovido.

Apelação. Perícia médica conclusiva no sentido de haver nexo causal entre as sequelas do menor e a conduta médica exercida no momento do parto. Teoria da perda de uma chance. Responsabilidade da ré. Manutenção do valor da condenação por danos morais. Conversão em moeda corrente nacional do valor fixado em primeira instância com base em salários mínimos.

"Dies a quo" da correção monetária e dos juros de mora. Alegação de julgamento "ultra petita" sobre a pensão fixada. Não ocorrência. Sentença que se ateve aos pedidos formulados na inicial, delimitando apenas o termo inicial do pagamento e valor da pensão. Sentença

essencialmente confirmada (RITJSP, art. 252), reformada apenas para afastar a condenação em constituição de capital assecuratório, dada a notória solvabilidade da ré. § 2º do Art. 475- Q do CPC.

Apelo parcialmente provido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 14, § 3º, I e II, do Código de Defesa do Consumidor; 70, III, 333, 435, 458, II, 535 do Código de Processo Civil de 1973; 186, 927, 944, 945, 951 do Código Civil; 3º da Lei 7.789/89 e 1º da Lei 6.205/75.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

O acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação dos arts. 458 e 535 do CPC (1973).

O recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma a ausência de demonstração de sua culpa pelos danos alegados pelos recorridos. A respeito dessa premissa fática, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 1.125):

De fato, muito ao contrário das insurgências manifestadas pelo réu quanto ao trabalho do expert judicial, extrai-se dos autos que os seus prepostos, responsáveis por atender Deloir no momento do parto não laboraram com o cuidado objetivo necessário, eis que deixaram de avaliar completamente as condições do feto e da parturiente, de modo a que se pudesse chegar à uma melhor solução para o problema que então se apresentava.

Inicie-se pelo fato de que o réu permitiu que a gestante fosse atendida

e acompanhada exclusivamente por médicos residentes - denominados R1 e R2 - o que significa que eles eram recém - formados e estavam em fase de especialização. Como iniciantes na profissão e, via de regra, sem experiência para a solução de casos complicados, tal como o ora relatado, não poderiam agir isoladamente e desacompanhados de um médico especialista.

A instituição ré jamais poderia deixar o plantão sob a supervisão de médicos novatos e sem experiência suficiente para atender casos de maior complexidade, que notoriamente exigem conhecimentos aprofundados de medicina.

Observe-se que o relatório médico copiado a fls. 600 contém declaração que bem caracteriza a irresponsabilidade havida neste particular, pois ali consta que o chefe do plantão - vale dizer o médico experiente que deveria supervisionar os médicos residentes - passou instruções por telefone para que fosse realizado o atendimento da co-autora Deloir. (...)

Os modernos recursos da medicina possibilitam a identificação da macrosomia fetal de forma simples e eficaz. Neste diapasão, a ecografia ou ultra-sonografia, presente hoje na grande maioria dos hospitais, inclusive da rede pública, poderia ter sido realizada em Deloir antes do início trabalho de parto, e seu resultado certamente constituiria um forte indicador para a concretização de um melhor diagnóstico.

Contudo, este procedimento não foi realizado, nem tampouco outros associados à determinação da real condição da parturiente, conforme se colhe do contido no prontuário médico juntado a fls.65/93.

Afastar essas conclusões é inviável em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

O mesmo se pode dizer quanto à alegação de cerceamento de defesa. O magistrado é o destinatário da prova e a ele cabe a análise sobre a necessidade de sua produção. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROVA PERICIAL. SÚMULA 7 DO

STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "Na linha dos precedentes desta Corte, não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa, sem a produção de prova pericial, quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Há de se considerar, nesses casos, o princípio do livre convencimento motivado do juiz que, em termos práticos, reporta à análise de matéria fática e à incidência da Súmula 07/STJ" (AgRg no REsp 1126477/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 03/06/2013).

2. No presente caso, a Corte local concluiu pela desnecessidade de prova pericial ante a suficiência das provas apresentadas nos autos. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental de fls. 1.196-1.201 interposto por Marcelo Genovese Soares não provido.

(AgRg no AREsp 592.202/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 29/10/2014).

Ressalte-se que, nos termos do voto condutor, "não há como afirmar que houve cerceamento de defesa em razão da não oitiva de *expert* em audiência, oportunizadas que foram à apelante todas as chances de esclarecimento acerca da recuperação do menor Luan" (fl. 1.124). O acórdão recorrido contém razões suficientes para embasar a conclusão adotada, de modo que não se pode considerá-lo desprovido de fundamentos tão somente pelo fato de ter adotado a fundamentação da sentença, pouco sucinta na análise das provas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora